

27 MAR 1980

F.V.C. p. 11

27 MAR 1980

Um resultado surpreendente

Barbosa Lima Sobrinho

Na verdade, nunca me senti arrastado pelo fanatismo das formas de governo. Aceitava o ponto de vista de Rui Barbosa, que nos dizia: "Das idolatrias conhecidas na história da cegueira popular, nenhuma é menos sensata que a das formas de governo. Acima destas está a felicidade da pátria. Mas acima da pátria ainda há alguma coisa: a liberdade, porque a liberdade é a condição da pátria, é a consciência, é o homem, é o princípio divino do nosso existir, é o único bem cujo sacrifício a pátria não nos pode reclamar, senão deliberada ao suicídio, com que o amor da pátria não nos permitiria condescender."

Eram palavras de um discurso pronunciado no Senado Federal, depois de um período de exílio numa Inglaterra ainda liberal. E Rui insistia nessa tese, declarando: "Tenho dito mil vezes: nunca idolatrei formas de governo. Toda idolatria é estéril, é irracional, é blasfema e servil. Tirania de palavras, símbolos, ou fórmulas caducas: ela substitui o culto inteligente do espírito pela escravidão abjeta da letra morta."

Não era somente o grande baiano que me levava a essas convicções. Também o historiador português Alexandre Herculano nos dizia que "tão ilegítimo acho o direito divino da soberania régia, como o direito divino da soberania popular. Por esta crença, a questão da monarquia e da república é uma questão secundária". Uma prova eloqüente dessa realidade vinha da frase famosa do Presidente Rojas, da Venezuela, que comentara a deposição da monarquia brasileira como o termo da única República existente na América Latina. Nem sei como justificar o entusiasmo pelo regime presidencial de governo, recordando o quadriênio de Artur Bernardes, todo ele decorrido sob estado de sítio permanente. Embora se justificassem saudades da época de Rodrigues Alves, educado no liberalismo das práticas da monarquia.

O sistema parlamentarista fora adotado no Brasil, seguindo de perto as instituições da Inglaterra. Mas fora, na verdade, uma criação do Poder Legislativo brasileiro, desde a criação da figura do Primeiro Ministro. E podia invocar a seu favor o longo período de paz política, resolvendo problemas essenciais, como o da escravidão, que custou ao presidencialismo dos Estados Unidos uma guerra civil cruenta, entre o Sul escravocrata e o Norte abolicionista.

E tudo isso numa fase em que não chegara a imperar a nacionalização da imprensa. Mas havia jornais franceses, como o *Jornal do Commercio* da família Villeneuve, que servia tão bem aos interesses nacionais quanto às folhas dirigidas por brasileiros natos, como Justiniano da Rocha ou Francisco Octaviano. Por sinal que existia, naquela fase, uma revista francesa, a *Bataclan* que se dava ao luxo de criticar o futuro Duque de Caxias, até mesmo na fase da Guerra do Paraguai. Para que se veja como se respeitava a liberdade de imprensa, sob a guarda de D. Pedro II.

O regime presidencial surgiu no Brasil quase como surpresa. Não figurava na propaganda política, nem era assunto de programas partidários. Veio quase como contrapeso do regime federativo, acompanhando de perto instituições dos Estados Unidos, pela circunstância de ser um regime republicano e federativo. O pleito

em favor da Federação já havia alcançado os programas dos partidos da monarquia.

Não fora, aliás, o Brasil exemplo único de adoção do regime presidencial. A tendência conquistara toda a América Latina, conjugando-se muito bem com a dos governos que vinham da fase colonial. O escritor peruano Francisco Garcia Calderón, num livro que teve muitos leitores, *Les Democraties Latines de l'Amérique* mostrava que havia grande aproximação entre o regime presidencial e as tradições do caudilhismo, que dominava grande parte do território do novo continente. Disse Calderón precisamente que "o regime dos caudilhos conduziu ao governo presidencial. As Constituições criavam assembléias, mas, a despeito desses quadros teóricos, triunfava a tradição".

Temos, a esse respeito, o depoimento de um escritor inglês que viveu no Brasil. Ernest Hambloch, em *His Majesty the President* Poderia sua tese servir a toda a América Latina, trocado apenas o nome da respectiva nacionalidade. Não ignorava a opinião de Garcia Calderón e com ele concordava. Um dos capítulos de seu livro trata especialmente da tradição caudilhesca. Não achava expressão correspondente no francês. Mas via na palavra *caudilho* antigo cacique espanhol, um chefe político local, indicado tanto pelo seu poder como pela sua falta de escrúpulo. Por isso achava que essa tradição caudilhesca, no próprio Brasil, influíra na adoção do regime presidencial.

Talvez essas razões estejam presentes, como explicação da grande diferença de votos na Assembléia Constituinte, a favor do regime presidencial. Cento e trinta e dois votos entre presidencialistas e parlamentaristas marcaram score de pelada, não de campeonato. Há que pensar no extraordinário poder de fogo do Governo, ajudado pelo fantasma do golpe militar em gestação. Não foi também desprezível a presença de quatorze Governadores de Estado, arrastados pela convicção de que estavam preparando a sua própria promoção, ou na defesa de vertes essenciais. Junte-se a tudo isso a influência de tantos candidatos ao próximo pleito, alguns já declarados, outros ainda na fase dos sonhos ou das conjecturas imaginadas. O sistema parlamentar não agrada a candidatos que desejam poderes amplos e uma preeminência natural. Para eles, o Primeiro Ministro não encontra o mesmo respeito e veneração de um chefe de regime presidencial. Viram como se falava tanto na situação da Rainha da Inglaterra? Não queriam admitir que se tratasse de um cargo em correspondência com o do Presidente Mitterrand sucessor do General De Gaulle, que não desprezava os requisitos da majestade.

Creio que o povo brasileiro, já desencantado do presidencialismo, aspirava por uma mudança que permitisse a geração de novas esperanças. Seria interessante somar os votos dos 212 constituintes que defenderam o parlamentarismo, para verificar a sua posição real no eleitorado brasileiro, a exemplo do que se fez com o Centrão, que não passava de uma minoria de eleitores. Afinal, já é necessário muita força de imaginação para ainda acreditar num regime político, responsável por uma dívida externa de 120 bilhões de dólares. Uma dívida que o Brasil não tem condições de resgatar, e que não faz mais do que crescer todos os dias, como os números se encarrôgam de demonstrar.

JORNAL DO BRASIL